

À

CONSTRUTORA CFO LTDA,

Resposta à Impugnação Impetrada ao Edital de Procedimento Licitatório nº 036/2022

1. QUESTÕES PRELIMINARES

A impugnação foi impetrada tempestivamente nos termos legais e editalícios pela empresa **CONSTRUTORA CFO LTDA**.

As licitações da CASAN são obrigatoriamente regidas conforme a **Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2022** que “Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O Estado de Santa Catarina, no dever de complementar a referente Lei Federal, editou e publicou a **Instrução Normativa Conjunta (INC) da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) nº 05, de 28 de maio de 2018 (INC SEF/SCC nº 05/2018)** que em seu Anexo XXI traz o Regulamento de Licitações e Contratos.

A CASAN adotou integralmente a INC SEF/SCC nº 05/2018 e confeccionou o **Regulamento de Licitações e Contratos e as minutas-padrão** que são base do Edital em tela.

2. DA ALEGAÇÃO E PEDIDOS

A empresa **CONSTRUTORA CFO LTDA** impugnou o Edital solicitando a que sejam revistos basicamente 3 (três) pontos que, supostamente, estariam restringindo a competitividade no certame. Tal questão será considerada pela CASAN e será aqui debatida e respondida. **O conteúdo na íntegra da impugnação da Licitante está publicado no site da CASAN (www.casan.com.br).**

1. A presente impugnação questiona três dispositivos do edital - que, ao nosso olhar, não se enquadram satisfatoriamente ao regime jurídico incidente sobre a contratação.

2.1. ATENDIMENTO DO ITEM 8.3 DO EDITAL – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PELAS EMPRESAS CONSORCIADAS

2. O primeiro item impugnado é o **3.5.2, “b”, do edital**, que estabelece o seguinte:

3.5.2. As empresas Consorciadas deverão atender ao **ITEM 8 (Documentos de Habilitação)** da seguinte forma: [...] b) Para efeito do **ITEM 8.3 (Qualificação Econômico-Financeira)** deverá ser atendido de forma isolada para cada consorciado.

3. Como se vê, o dispositivo estabelece que as empresas consorciadas devem, individualmente, atender os requisitos para qualificação econômico-financeira previstos no edital. No entanto, veja-se que tal dispositivo colide frontalmente com o que preveem o artigo 33, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e, em específico, o artigo 82, III, do Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Estatais de Santa Catarina, abaixo descrito:

Art. 82. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas: [...] III - apresentação dos documentos exigidos no Art. 76 e seguintes por parte de cada consorciada, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada uma e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores na proporção de sua respectiva participação, podendo a EE estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para o licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte assim definidas em lei;

4. Desse modo, considerando que a sistemática prevista no edital desatende frontalmente o que dispõe a legislação de regência quanto ao modo de comprovação da qualificação econômico-financeira (estabelece que as consorciadas devem comprovar individualmente os requisitos, enquanto a legislação estabelece que a comprovação deve ser proporcional à participação no consórcio), o dispositivo deve ser modificado.

2.2. ALTERAÇÃO DO BDI DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS – ITEM 7.3 DO EDITAL

5. Um segundo dispositivo que merece ser impugnado é o **7.3 do edital**, que estabelece o seguinte:

6. O problema aqui é que o percentual de BDI estabelecido pela CASAN relativo ao BDI Materiais Hidráulicos e Equipamentos (15,76%) não leva em consideração os custos tributários que a futura contratada terá com o necessário recolhimento do ISS junto ao Município de São José, o que torna o percentual incompatível com a realidade. Soma-se o fato que o contrato a ser firmado entre as partes trata de “execução de obras civis com fornecimento de materiais e equipamentos” e que a orientação contratual prevista é de que o recolhimento do ISSQN seja feito na totalidade do faturamento a ser efetuado pela CONTRATADA.

7. O Anexo Único da Instrução Normativa nº 1/2021, emitida pela Secretaria Municipal da Receita do Município de São José, estabelece que incide ISS sobre os referidos serviços, o que não foi considerado na definição do referido percentual. Assim, entende-se que o edital deve ser modificado, para que o percentual de BDI relativo ao fornecimento de materiais e equipamento seja corrigido.

8. O BDI de 15,76% apresentado no edital somente seria passível de aplicação no caso de emissão de notas fiscais exclusivas de fornecimento de materiais ou equipamentos, o que não é o caso.

2.3. ALTERAÇÃO DO ITEM 8.4.2.1 DO EDITAL – RETIRADA DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACA HÉLICE CONTÍNUA DIÂMETRO 40

9. Por fim, entende-se, ainda, que o edital deve ser modificado quanto a um dos requisitos estabelecido na tabela a que se refere o item 8.4.2.1, que estabelece que as participantes deverão apresentar “Atestado de Qualificação Técnica Operacional emitido por pessoa jurídica, acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado (CAT “COM REGISTRO DE ATESTADO”), devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprove que a licitante já executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior” a 24.221m de “Estaca Hélice Contínua diâmetro40”.

10. O ponto questionado aqui é que, conforme é cediço, as parcelas mais relevantes do serviço devem ser estabelecidas levando em consideração aspectos técnicos essenciais à verificação da capacidade das licitantes em bem executar os serviços. No que se refere ao serviço de Estaca de Hélice Contínua, a complexidade técnica para a sua execução não está relacionada com o seu diâmetro. Tecnicamente, é pouco relevante para a complexidade da atividade o diâmetro ser de 40 cm, ou maior/menor. Sendo esse o caso, a informação quanto ao diâmetro deve ser suprimida da exigência.

11. Ademais, é preciso salientar que a exigência de comprovação de experiência técnica do serviço de estacas é questionável, tendo em vista que se trata de uma qualificação específica e que é executada por empresas cuja finalidade é única para esta atividade. O próprio edital estabelece, no item 13.6.7.2, que, uma das atividades que poderá ser subcontratada, é a “Perfuração Para Estacas Tipo Hélice Contínua Monitorada”. Desta forma, a comprovação de experiências anteriores por parte das participantes do processo licitatório torna-se desnecessária, pois o serviço será subcontratado e executado por empresa cuja especialidade é a execução da fundação por estacas hélice contínua.

Por fim, a empresa peticiona:

12. Diante do exposto, requer-se o processamento da presente Impugnação ao Edital, e, após a análise da Comissão, o seu acolhimento, sendo realizadas as adequações apontadas e, nos termos do item 6.5 do edital, definida e publicada nova data para a apresentação dos documentos e realização do certame.

3. DA ANÁLISE

Diante da peça impugnatória apresentada pela empresa **CONSTRUTORA CFO LTDA**, tendo em vista que envolve a parte técnica, o Agente de Licitação responsável encaminhou a impugnação à área técnica da CASAN que possui a expertise necessária para análise e manifestação.

De posse da Impugnação interposta ao PL 036/2022, a área técnica da CASAN manifestou-se da seguinte forma:

COM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO DO ITEM 8.3 DO EDITAL – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PELAS EMPRESAS CONSORCIADAS

Analisando os itens 2 a 4 da Impugnação interposta pela **CONSTRUTORA CFO LTDA**, identificamos que as alegações da impetrante não condizem com as exigências constantes do Edital do PL 036/2022, uma vez que a licitante fala sobre a possibilidade de somatório de valores na proporção da respectiva participação das empresas em caso de consórcio.

Ocorre que o item 8.3 do Edital trata, pura e simplesmente, da **Qualificação Econômico-Financeira** da licitante, vejamos:

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.3.1.** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura das propostas.
- 8.3.1.1.** Quando a Certidão Negativa de Falência estiver vinculada a Certidão de Registros cadastrados no sistema EPROC, esta deverá ser apresentada conjuntamente, sendo emitida dentro do prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura das propostas.

Tal demanda, poderia ter algum êxito e faria sentido, caso o Edital contemplasse a exigência de Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido, entretanto, não é o caso, haja vista que o instrumento convocatório, pede apenas a apresentação de Certidões Negativas de Falência.

Portanto, tal demanda, não merece prosperar, devido a não aplicabilidade dos referidos dispositivos no caso concreto.

COM RELAÇÃO A ALTERAÇÃO DO BDI DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS – ITEM 7.3 DO EDITAL

Por tratar-se de um assunto relativo a elaboração do orçamento da obra, a demanda foi encaminhada a GPR/DICUT, que é a Divisão responsável para a elaboração dos orçamentos de obras da CASAN. A GPR/DICUT assim se manifestou:

“A CASAN segue as recomendações expostas no Acórdão 2622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União, o qual dispõe:

“2.5 BDI Diferenciado

Componentes do BDI diferenciado

(...)

No caso dos tributos, a exclusão do ISS da composição do BDI diferenciado para aquisição de materiais e equipamentos se deve ao fato do referido tributo incidir apenas sobre serviços prestados, e não sobre o fornecimento de mercadorias, que deverá ser tributado por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que, conforme bem salientado no relatório que subsidiou o Acórdão 325/2007-TCU-Plenário, já se encontra ‘embutido no custo dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, ou seja, a administração ao pagar à empreiteira pelo bem, o valor do ICMS já está inserido no preço pago.’

Conclui-se, dessa forma, que os componentes do BDI para fornecimento de materiais e equipamentos relevantes apresentam características próprias que as diferem dos componentes

que integram o BDI de serviços de engenharia, o que justifica a adoção de uma taxa diferenciada em patamar inferior, especialmente em virtude da redução do percentual de algumas parcelas e da questão tributária, como a exclusão do ISS em razão da ausência de fato gerador para incidência desse imposto.”

Portanto, tal demanda, não merece prosperar, devido a ir de encontro ao que recomenda o TCU.

ALTERAÇÃO DO ITEM 8.4.2.1 DO EDITAL – RETIRADA DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACA HÉLICE CONTÍNUA DIÂMETRO 40

Após análise da demanda pela área técnica da CASAN esta verificou que procede a alegação da empresa procede, logo será feita retificação ao Edital no tange a habilitação técnica item 8.4.2.

4. DA CONCLUSÃO

Após análise do pedido de impugnação apresentado pela empresa **CONSTRUTORA CFO LTDA.** e as considerações apresentadas pela área técnica da **CASAN**, conclui-se que as demandas apresentadas pelo Impetrante se mostram suficientes para a retificação das normas editalícias.

Portanto, considerando a manifestação da **Gerência de Construção**, por meio de Parecer Técnico, propomos o **deferimento parcial** da impugnação interposta pela empresa supramencionada, **alterando e excluindo-se a exigência de apresentação de atestados de execução de serviços de estaca hélice contínua diâmetro 40**, mantendo-se inalterados os demais termos do Edital do PL 036/2022 e seus Anexos.

É o parecer.

Florianópolis, 03 de maio de 2022.

Josué Peres da Silva
AGENTE DE LICITAÇÃO

Aprovo o parecer exarado pelo Agente de Licitação, por seus lúdimos fundamentos e decido pelo **deferimento parcial** da presente peça impugnatória no âmbito do Procedimento Licitatório nº 036/2022.

Dê-se publicidade a decisão.

Encaminhe-se ao Agente de Licitação para providências.

Eng.º Evandro André Martins
DIRETOR ADMINISTRATIVO



Assinaturas do documento



Código para verificação: **845KFQ4R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSUE PERES DA SILVA (CPF: 065.XXX.659-XX) em 03/05/2022 às 15:13:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 04/01/2021 - 10:18:35 e válido até 04/01/2121 - 10:18:35.

(Assinatura do sistema)



EVANDRO ANDRE MARTINS (CPF: 003.XXX.609-XX) em 04/05/2022 às 09:28:01

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/01/2022 - 11:04:31 e válido até 11/01/2122 - 11:04:31.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://sgpe.casan.com.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0FTQU5fMV8wMDAxMjk5MV8xMjk5MV8yMDIyXzg0NUtGUTRS> ou o site

<https://sgpe.casan.com.br/portal-externo> e informe o processo **CASAN 00012991/2022** e o código **845KFQ4R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.